

**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PORTARIA-CGJ - 16222012
Código de validação: 4F688C9759

**Dispõe sobre a realização de Correição Geral
Ordinária no exercício de 2012.**

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, nos termos do artigo 30, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como do artigo 5º, inciso II do Código de Normas da Corregedoria c/c a Resolução 024/2009.

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor a realização de Correição Geral Ordinária Anual, pessoalmente, ou por seus Juizes Corregedores, em, pelo menos, um terço das Comarcas do Estado;

CONSIDERANDO que foram sorteadas as comarcas a serem correicionadas no Estado do Maranhão, no ano de 2012, as quais se encontram listadas no Anexo I da PORTARIA-CGJ-10282012;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da PORTARIA-CGJ-10282012 permite modificações no calendário mensal das comarcas que serão correicionadas neste ano.

R E S O L V E:

Art. 1º Realizar Correição Geral Ordinária no exercício de 2012 nas Comarcas de Açailândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão e Porto Franco.

Art. 2º As correições serão realizadas no período de 11 a 15 e 25 a 28 de junho de 2012, sendo no primeiro interstício nas Comarcas de Itinga do Maranhão, 5ª Vara e Juizado Especial de Açailândia, 4ª Vara Criminal e Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz e no segundo na 1ª e 2ª Vara da Comarca Porto Franco, 3ª Vara Criminal, 3ª Vara de Família e Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz.

Art. 3º Nos termos do artigo 10º, § 4º, do Código de Normas da Corregedoria, delego poderes aos Juizes Auxiliares desta Corregedoria, Drª. Isabella de Amorim Parga Martins Lago e Dr. Nelson Ferreira Martins Filho, para a realização dos trabalhos correicionais.

§1º Os trabalhos da correição serão auxiliados pelos servidores André Menezes Mendes, Bianca Ribeiro Ducanges, Bruno Anderson Monteiro Santana, Djan Andreson Carvalho da Silva, Gabriella Azevedo Fernandes, João Jorge Neto, Roberta Costa Travincas e Wellington Sobrinho Freire Amorim, os quais serão distribuídos por período.

**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Art. 4º Os magistrados titulares ou em exercício nas varas a serem correicionadas deverão ser notificados da correição, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência da data do início dos trabalhos, dando-lhes ciência dos termos desta portaria, a fim de que encaminhem a esta Corregedoria relatórios do sistema informatizado contendo o quantitativo dos processos em tramitação na respectiva vara, assim como adotem as providências necessárias à realização das atividades correcionais, tais como o recolhimento, até a data fixada para o início da correição, de todos os processos às secretarias judiciais, inclusive, solicitando, se for o caso, a devolução dos processos que se encontrarem em poder de advogados, de membros do Ministério Público e de defensores públicos.

Parágrafo Único. As atividades correcionais deverão ser acompanhadas pelos Juizes das varas sob correição, que deverão prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e colaborar com a realização dos trabalhos, devendo, também, ser notificados os promotores de justiça em exercício nessas varas, para os fins de direito.

Art. 5º Durante os trabalhos de correição não ficarão suspensos o atendimento às partes e advogados pela Secretaria, nem os prazos processuais, de forma a não comprometer os trabalhos da vara.

Art. 6º No prazo de quinze dias úteis após o encerramento da correição serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por vara, dos trabalhos e dos fatos que forem constatados durante sua realização.

Art. 7º As dúvidas que surgirem durante as atividades correcionais serão dirimidas pelo corregedor-geral da Justiça.

Art. 8º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luis, aos 31 dias do mês de maio de 2012.

**Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/05/2012 18:43 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/05/2012 18:42 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

PORTARIA-CGJ - 16212012
Código de validação: AADAC9FA1F

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E** CONCEDER a Juíza de Direito ANELISE NOGUEIRA REGINATO, titular da Comarca de Orlinda Nova do Maranhão, 30 (trinta) dias finais de férias relativas ao exercício de 2011, para serem gozados no período de 05/11/2012 a 04/12/2012. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 31 de maio de 2012.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/05/2012 18:42 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Coordenadoria dos Juizes de Direito

PORTARIA-CGJ - 16222012
Código de validação: 4F688C9759

Dispõe sobre a realização de Correição Geral Ordinária no exercício de 2012.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, nos termos do artigo 30, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como do artigo 5º, inciso II do Código de Normas da Corregedoria c/c a Resolução 024/2009.

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor a realização de Correição Geral Ordinária Anual, pessoalmente, ou por seus Juizes Corregedores, em, pelo menos, um terço das Comarcas do Estado;

CONSIDERANDO que foram sorteadas as comarcas a serem correicionadas no Estado do Maranhão, no ano de 2012, as quais se encontram listadas no Anexo I da PORTARIA-CGJ-10282012;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da PORTARIA-CGJ-10282012 permite modificações no calendário mensal das comarcas que serão correicionadas neste ano.

R E S O L V E:

Art. 1º Realizar Correição Geral Ordinária no exercício de 2012 nas Comarcas de Açailândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão e Porto Franco.

Art. 2º As correições serão realizadas no período de 11 a 15 e 25 a 28 de junho de 2012, sendo no primeiro interstício nas Comarcas de Itinga do Maranhão, 5ª Vara e Juizado Especial de Açailândia, 4ª Vara Criminal e Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz e no segundo na 1ª e 2ª Vara da Comarca Porto Franco, 3ª Vara Criminal, 3ª Vara de Família e Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz.

Art. 3º Nos termos do artigo 10º, § 4º, do Código de Normas da Corregedoria, delego poderes aos Juizes Auxiliares desta Corregedoria, Drª. Isabella de Amorim Parga Martins Lago e Dr. Nelson Ferreira Martins Filho, para a realização dos trabalhos correicionais.

§1º Os trabalhos da correição serão auxiliados pelos servidores André Menezes Mendes, Bianca Ribeiro Ducanges, Bruno Anderson Monteiro Santana, Djan Andreson Carvalho da Silva, Gabriella Azevedo Fernandes, João Jorge Neto, Roberta Costa Travincas e Wellington Sobrinho Freire Amorim, os quais serão distribuídos por período.

Art. 4º Os magistrados titulares ou em exercício nas varas a serem correicionadas deverão ser notificados da correição, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência da data do início dos trabalhos, dando-lhes ciência dos termos desta portaria, a fim de que encaminhem a esta Corregedoria relatórios do sistema informatizado contendo o quantitativo dos processos em tramitação na respectiva vara, assim como adotem as providências necessárias à realização das atividades correicionais, tais como o recolhimento, até a data fixada para o início da correição, de todos os processos às secretarias judiciais, inclusive, solicitando, se for o caso, a devolução dos processos que se encontrarem em poder de advogados, de membros do Ministério Público e de defensores públicos.

Parágrafo Único. As atividades correicionais deverão ser acompanhadas pelos Juizes das varas sob correição, que deverão prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados e colaborar com a realização dos trabalhos, devendo, também, ser notificados os promotores de justiça em exercício nessas varas, para os fins de direito.

Art. 5º Durante os trabalhos de correição não ficarão suspensos o atendimento às partes e advogados pela Secretaria, nem os prazos processuais, de forma a não comprometer os trabalhos da vara.

Art. 6º No prazo de quinze dias úteis após o encerramento da correição serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por vara, dos trabalhos e dos fatos que forem constatados durante sua realização.

Art. 7º As dúvidas que surgirem durante as atividades correicionais serão dirimidas pelo corregedor-geral da Justiça.

Art. 8º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, aos 31 dias do mês de maio de 2012.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/05/2012 18:43 (CLEONES CARVALHO CUNHA)



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA - 2012

Órgão: 1ª Vara da Comarca de Porto Franco, com endereço Praça Getúlio Vargas, s/ nº, Centro, Fórum Judicial, Porto Franco/MA.

Jurisdição do Órgão: Comarca de Porto Franco.

Período Correcional: 25 de junho de 2012.

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Cleones Carvalho Cunha, a equipe correcional, composta pelos Excelentíssimos Senhores **Nelson Ferreira Martins Filho e Isabella de Amorim Parga Martins Lago, Juízes Auxiliares da Corregedoria**, e pelos Assessores Gabriella Azevedo Fernandes, Roberta Costa Travincas, Bruno Anderson Monteiro Santana, André Menezes Mendes, João Jorge Neto e Djan Anderson Carvalho da Silva, compareceu às 08 horas do dia 25 de junho de 2012 à sede da Comarca de Porto Franco/MA, onde foi recebida pelo Excelentíssimo Senhor Antonio Donizete Aranha Baleeiro, juiz de direito titular da unidade, e pelos demais servidores presentes. Iniciados os trabalhos, foi determinada a colheita de informação em formulário próprio e o exame dos processos e livros selecionados, com o posterior registro naquele documento das considerações resultantes das análises, consideradas também as informações colhidas na Divisão de Estatística da Corregedoria ou prestadas pela Secretaria Judicial do Órgão, compondo, todas, o presente relatório correcional.

1. CORPO FUNCIONAL

1.1 JUIZ DE DIREITO TITULAR:

Dr. Antônio Donizete Aranha Baleeiro.

1.2 SERVIDORES

1.2.1 SECRETÁRIA JUDICIAL TITULAR:

1



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2.2 TEMPO NA MAGISTRATURA:

10 anos e 07 meses.

2.3 TEMPO NA COMARCA:

08 anos e 01 mês.

2.4 FUNÇÕES CUMULADAS:

Juizado Especial e Diretoria do Fórum.

2.5 O (A) MAGISTRADO (A) EXERCE FUNÇÃO DE MAGISTÉRIO:

Não.

2.6 O (A) MAGISTRADO (A) POSSUI RESIDÊNCIA NA COMARCA?

Sim.

3. DADOS DA VARA

3.1 CONDIÇÕES FÍSICAS DA VARA:

3.1.2 NOME/LOCAL:

Fórum Judicial – Praça Getúlio Vargas, s/ nº, Centro – CEP: 65.970-000 /MA.

3.1.3 SITUAÇÃO DO IMÓVEL:

Prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA.

3.1.4 ESTRUTURA FÍSICA:

Péssima.

3.1.5 MOBILIÁRIO:

Insuficiente.

3.1.6 EQUIPAMENTOS À DISPOSIÇÃO:

Insuficientes.



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Justiça Comum: 137 processos (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

Juizado Especial: 381 processos (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.7 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS CRIMINAIS DISTRIBUÍDOS NO ANO DE 2012:

Justiça Comum: 17 processos (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.8 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS CÍVEIS PROLATADAS NO ANO DE 2011:

Justiça Comum: 148 sentenças (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

Juizado Especial: 255 sentenças (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.9 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS CRIMINAIS PROLATADAS NO ANO DE 2011:

Justiça Comum: 15 sentenças (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.10 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS CÍVEIS PROLATADAS NO ANO DE 2012:

Justiça Comum: 48 sentenças (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

Juizado Especial: 158 sentenças (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.11 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS CRIMINAIS PROLATADAS NO ANO DE 2012:

Justiça Criminal: 18 sentença (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.12 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS COM VISTAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:

60

5.13 NÚMERO TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM ANDAMENTO:

82



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Novembro de 2011.

5.23 NÚMERO DE PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO DO JÚRI:

00 (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.24 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA:

190 (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.25 NÚMERO DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO:

360 (informação obtida junto à Secretaria da Vara).

5.26 DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA:

07/02/2011.

5.27 COMUNICA AO TRE AS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS CRIMINAIS QUE TENHAM SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS (ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)?

Sim.

5.28 O SECRETÁRIO JUDICIAL OBEDECE A EXIGÊNCIA DE LANÇAMENTO NOS AUTOS DOS ATOS MERAMENTE ORDINATÓRIOS?

Sim, mas poucos.

6. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS DO MAGISTRADO:

REMESSA DE RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS À CGJ					
TIPO	Internet	Ofício	Não Enviado	N/A	Observação
Relatório Mensal de Atividades – RMA	X				
Relatório Anual de Atividades - RAA (Res. 59/09-CNJ) – Anual			X		Providenciar remessa
Relatório de Prisões Provisórias (Res. 66/09-CNJ) – Trimestral			X		Providenciar remessa



PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

automotores			
-------------	--	--	--

7. LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SECRETARIAS JUDICIAIS

LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SERVENTIAS CÍVEIS (Provimento nº 14/2009 CGJ – Art. 4º)					
TIPO	DISPONIBILIDADE / CONDIÇÃO				Observação – Providências a serem adotadas
	Regular	Irregular	Não Existe	N/A	
Carga para Advogados		X			Em capas de processos – providenciar livro de folhas soltas e encadernar doravante
Carga para Ministério Público		X			Em capas de processos – providenciar livro de folhas soltas e encadernar doravante
Carga para Defensor Público				X	Não há Defensor Público na Comarca
Ofícios Recebidos		X			Livro único para ofícios cíveis e criminais – providenciar livros em separado
Ofícios Remetidos		X			Livro único para ofícios cíveis e criminais – providenciar livros em separado
Registro de Termos de Audiências		X			Em capas de processos – utilizar pasta AZ de capa dura e



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

					utilizar pasta AZ de capa dura e encadernar doravante
Registro de Sentenças		X			Em capas de processos – utilizar pasta AZ de capa dura e encadernar doravante
Rol de Culpados		X			Ausência de termo de abertura, livro sem anotação desde o ano de 2010 – providenciar o termo de abertura e a atualização das anotações

8. DADOS ESTATÍSTICOS

2011		2012	
Acervo processual	Processos Sentenciados	Acervo processual	Processos Sentenciados
2344 (até novembro)	344	2847	198

9. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS E ALEATÓRIOS

9.1 ANTIGOS

9.1.1

PROCESSO: 1-26.2007.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/04/2007

NATUREZA DA AÇÃO: ACIDENTÁRIA

PARTES: ALBINO ALVES DE OLIVEIRA X INSS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 18/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo recebido da Justiça Federal do Estado de Goiás em 23/04/2007, sendo dada vista ao MP; termo de vista à fl. 94 sem



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PREFEITURA DE CAMPRESTRE DO MARANHÃO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 01/07/2009.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo com despacho inicial em 01/07/2009, indeferindo o pedido de isenção de custas e determinando a intimação da parte autora para comprovar o seu recolhimento; inobstante a efetivação da intimação, conforme rubrica do advogado na própria folha do despacho, somente em 09/03/2012 foi certificado que não houve manifestação da parte autora, estando os autos parados desde então.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer imediata conclusão ao juiz; ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas como as constatadas na presente ação.

9.1.5

PROCESSO: 71-72.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/01/2009

NATUREZA DA AÇÃO: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA

PARTES: ASSOCIAÇÃO DOS VANZEIROS E PROFISSIONAIS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE PORTO FRANCO E REGIÃO – ASSPOFRAN X COOPERATIVA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS DE PASSAGEIROS E TURISMO DO SUL DO MARANHÃO (COOPTASUL), REP. POR SEU DIRETOR PRESIDENTE LINDON JOHNSON BEZERRA LIMA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO:

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo inicialmente despachado em 13/01/2009, determinando a citação da requerida, que se efetivou em 17/02/2009; impugnação apresentada em 20/02/2009, sendo feita conclusão em 17/03/2009, e despachado no dia 19 do mesmo mês, informando que o processo permanece com a tramitação suspensa, conforme fl. 22-v, em razão da interposição do recurso de apelação; na última folha, no verso, há carimbo de visto em correição datado de 17/06/2009, estando o processo paralisado desde então.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer conclusão ao juiz, para que dê seguimento ao feito; ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas como as constatadas na presente ação.

9.1.6

PROCESSO: 5-73.2001.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 31/10/2001

NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO CIVIL PÚBLICA

PARTES: MP X VICENTE RIBEIRO SOBRINHO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 11/06/2012 (fl. 78).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo inicialmente despachado em 27/08/2002, com manifestações preliminares e audiência de instrução e julgamento realizada em 13/07/2010; processo correicionado em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008; prestadas informações de fls. 71/72, as partes não se manifestaram, conforme certidão de fl.



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PROCESSO: 50-96.2009.8.10.0053
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/06/2009
NATUREZA DA AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
PARTES: RAIMUNDO SANTOS SALAZAR

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 22/09/2009.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo sentenciado em audiência de justificação no dia 22/09/2009 (fls. 23/24), tendo sido julgado procedente o pedido.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para certificar o trânsito em julgado, após, arquivar com baixa na distribuição.

9.1.11

PROCESSO: 59-58.2009.8.10.0053
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2009
NATUREZA DA AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE REGISTROS CIVIS
PARTES: GEOVANI NUNES AGUIAR

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 14/05/2009.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo sentenciado em audiência de justificação no dia 14/05/2009 (fls. 18/19), tendo sido julgado procedente o pedido; processo correicionado em 09/06/2009.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para certificar o trânsito em julgado, após, arquivar com baixa na distribuição.

9.1.12

PROCESSO: 24-35.2008.8.10.0053
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/10/2008
NATUREZA DA AÇÃO: PENAL (ART. 155, CAPUT, CC ART. 14, II do CP)
PARTES: MP X JOSÉ RONDIS COSTA FERREIRA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 21/07/2009.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Oferecida a denúncia com proposta de suspensão condicional do processo, foi realizada audiência em 21/07/2009 e suspenso o processo por 02 (dois) anos, em 21/07/2009; encaminhada carta precatória à Comarca de Montes Altos/MA para acompanhamento e fiscalização das condições estabelecidas ao acusado.

RECOMENDAÇÃO: Ao juiz para verificar a necessidade de oficiar ao juízo deprecado para informar o cumprimento das obrigações impostas ao acusado.

9.1.13

PROCESSO: 7-33.2007.8.10.0053
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/11/2007
NATUREZA DA AÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO X SALOMÃO FERREIRA DA MOTA



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ocasião em que foi apresentada a contestação; nova audiência realizada em maio de 2009; último despacho proferido em julho de 2009, determinando a intimação do autor; certificado pelo meirinho que não localizou a reclamante; após, foi certificada pela secretaria que não houve manifestação da requerente; há termos de conclusão nos autos sem nome do juiz; processo autuado irregularmente.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas, como as constatadas na presente ação; os termos de conclusão deverão fazer menção ao nome do magistrado, de acordo com o art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA; deverá fazer constar na capa o correto nome da ação; fazer os autos conclusos, a fim de que o magistrado verifique a necessidade de despachar.

9.1.17

PROCESSO: 3-59.2008.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 22/09/2008

NATUREZA DA AÇÃO: PREVIDENCIARIA – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

PARTES: EDMILSON RODRIGUES DE SOUSA X INSS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/11/2010 (fl. 54).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Inicialmente despachado em setembro de 2008, determinando a citação do requerido; após, foi oferecida contestação, em outubro de 2008; em seguida, foi apresentada manifestação do requerente, em outubro de 2009; audiência realizada em novembro de 2010; certificado pelo meirinho que intimou o médico – perito em janeiro de 2011; nada certificado pela secretaria acerca da ausência de resposta do perito nomeado; termo de conclusão à fl. 58 sem data.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas, como as constatadas na presente ação; os termos de conclusão deverão ser datados, de acordo com o art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA; ao juiz para despachar.

9.1.18

PROCESSO: 1-12.1996.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/09/1996

NATUREZA DA AÇÃO: PENAL (ART. 121, CP)

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO x HAMILTON BEZERRA DE SOUZA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 15/10/2010 (fl. 47).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Recebida a denúncia em abril de 1997; certificado pelo meirinho os motivos pelos quais não citou o acusado; edital de citação expedido em outubro de 1997; determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional; requerimento do MP pela produção antecipada de provas, em março de 2006, até hoje não apreciado; após, houve correções, apenas determinando que os autos



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

testemunhas colhido em junho de 1992; pronunciado apenas um dos réus em dezembro de 1992, sendo o outro absolvido; último despacho determinando intimação do réu por edital para tomar conhecimento da pronúncia; autuado irregularmente; há termos de conclusão nos autos sem data e nome do juiz.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas, como as constatadas na presente ação; deverá fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior; os termos de conclusão deverão fazer menção ao nome do magistrado, de acordo com o art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA, contendo ainda a data da conclusão; fazer os autos conclusos ao juiz, para que verifique a possibilidade de chamar o feito à ordem, nos que concerne aos termos do despacho de fl. 112, já que nunca foi citado pessoalmente, não tendo, assim, tomado ciência da acusação, conforme reiterada decisão do STJ.

9.1.21

PROCESSO: 1369/1989

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/05/1989

NATUREZA DA AÇÃO: PENAL – ART. 121, CP

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X EDUARDE NEVES AGUIAR

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 22/06/2012 (fl. 82).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Recebida a denúncia em maio de 1989; certificado pelo meirinho os motivos pelos quais não citou o acusado; edital de citação expedido em setembro de 1989; decretada a revelia do réu em outubro de 1989; depoimento de testemunhas colhido em maio de 1990; pronunciado o réu em maio de 1992; último despacho determinando vista ao MP, para manifestar-se quanto à ocorrência de eventual prescrição; autuado irregularmente; há termos de conclusão nos autos sem data e nome do juiz.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas, como as constatadas na presente ação; deverá fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior; os termos de conclusão deverão fazer menção ao nome do magistrado, de acordo com o art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA, contendo ainda a data da conclusão; cumprir despacho de fl. 82.

9.1.22

PROCESSO: 185/2000

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 31/01/2001

NATUREZA DA AÇÃO: PENAL – ART. 121, § 2º, II, C/C ART. 14, II, CP

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X FRANCIAL MARTINS DE ARAÚJO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 15/06/2012 (fl. 41).



PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/06/2001
NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL
PARTES: FAZENDA NACIONAL X ADÃO DIVINO MARQUES DE OLIVEIRA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 08/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despachado inicialmente em 03/04/2003 (correição); aguardando manifestação do exequente sobre a certidão juntada nos autos.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para cumprir o disposto no despacho de fl. 43.

9.1.26

PROCESSO: 18-91.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/01/2009

NATUREZA DA AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR IDADE

PARTES: ODILON SOUSA MILHOMEM X INSS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 21/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 29/12/2008; aguardando a secretaria para fazer conclusão dos autos ao MM. Juiz.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para numerar e rubricar todas as folhas, inclusive de petições ou documentos acostados, nos termos do Provimento nº 19/2009 da CGJ/MA; fazer conclusão ao juiz, nos termos do art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA.

9.1.27

PROCESSO: 6-14.2008.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/04/2008

NATUREZA DA AÇÃO: AUXILIO DOENÇA

PARTES: ELIAS DA CONCEIÇÃO DA SILVA X INSS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/03/2011 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 23/04/2008; audiência de fl. 62 nomeando perito para examinar o requerente; laudo pericial realizado às fls. 71/72.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer conclusão ao juiz.

9.1.28

PROCESSO: 51-81.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/06/2009

NATUREZA DA AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

PARTES: BV FINANCEIRA S.A. X RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/09/09.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial em 22/06/2009 deferindo a busca e apreensão.



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

presente ação; observar que os termos de conclusão deverão fazer menção ao nome do magistrado, à data e ser preenchidos e cancelados, de acordo com o art. 114 do Código de Normas da CGJ/MA.

9.1.32

PROCESSO: 1-61.1986.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/04/1986

NATUREZA DA AÇÃO: ANULAÇÃO DE ESCRITURA

PARTES: JOSÉ PEREIRA DE MIRANDA E OUTROS X MAFISA AGROPECUÁRIA LTDA. E OUTROS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 01/10/2009.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial em 08/04/1986; processo com tramitação excessivamente lenta, paralisado por longo período, tendo seu trâmite retomado em 2001; realizadas correção de 2003 a 2008, apenas determinando a conclusão dos autos e a abertura de segundo volume; processo concluso em 21/09/2011.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para corrigir a autuação, quanto à natureza (classe) da ação; ao juiz para despachar.

9.1.33

PROCESSO: 29-23.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/03/2009

NATUREZA DA AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA

PARTES: DEIJANE DE JESUS RODRIGUES X INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 25/05/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial em 05/03/2009; audiência conciliatória realizada em 29/11/2010.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para cumprir a determinação de fl. 56, devendo ser mais diligente, evitando, desta forma, paralisações injustificadas como as constatadas na presente ação.

9.1.34

PROCESSO: 64-80.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2009

NATUREZA DA AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

PARTES: BANCO BRADESCO S/A X JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 24/04/2009 (decisão).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Decisão de deferimento da busca e apreensão proferida em 24/04/2009; processo com tramitação lenta.



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

requisitando cópia da folha do livro de registro batismo da requerente; audiência de justificação realizada em 12/05/2009 e proferida sentença em banca; expedido mandado de averbação; juntada da petição de fl. 37; processo em ordem.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer conclusão ao juiz para que tome conhecimento da petição de fl. 37.

9.1.38

PROCESSO: 81-19.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/01/2009

NATUREZA DA AÇÃO: MEDIDA CAUTELAR C/C PEDIDO DE LIMINAR

PARTES: RAIMUNDO BENIGNO DOS SANTOS X BANCO DAYCOVAL S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 23/08/2010.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial proferido em 09/03/2009, deferindo a liminar requerida e citação do réu; contestação juntada às fls. 24/38; despacho às fl. 50 com data de 27/05/2009, para a parte autora apresentar réplica; manifestação da parte requerente às fls. 52/56; designada audiência de conciliação para o dia 07/07/2010, não realizada em razão do não comparecimento das partes; sentença homologatória proferida em 10/08/2010; juntada de petição à fl. 92, requerendo a parte autora expedição de alvará judicial, tendo sido expedido em 23/08/2010; processo em ordem.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para certificar o trânsito em julgado, em razão da certidão do meirinho lançada à fl. 105-v e, após, fazer conclusão ao juiz.

9.1.39

PROCESSO: 1-65.2003.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/10/2003

NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 155, CAPUT DO CPB)

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X RAIMUNDO MEDEIROS DA SILVA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 20/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Denúncia recebida em 16/10/2003; audiência de qualificação e interrogatório realizada em 29/10/2010, ou seja, após 07 (sete) anos do recebimento da peça acusatória; consta nos autos diversos termos de conclusão para ser proferida sentença, que somente foi proferida em 29/09/2009, declarando a extinção da punibilidade pela prescrição.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para dar cumprimento ao despacho de fl. 66.

9.1.40

PROCESSO: 1-94.2005.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/2005

NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 171, § 2º, VI DO CPB)

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X DARLAN VIANA



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

descrito à fl. 33; laudo de avaliação acostado à fl. 56; processo aguardando prolação de despacho.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer conclusão ao juiz.

9.1.44

PROCESSO: 25-20.2008.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/10/2008

NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 155 C/C 14, II DO CPB)

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X ALMIR RODRIGUES PEREIRA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 11/11/2008 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Denúncia recebida em 16/10/2008 e designada audiência de proposta de suspensão do processo nos termos do art. 89 da Lei nº 9.099/95; concedido sursis processual, com imposição das medidas constantes no expediente de fl. 49/50.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para certificar acerca do cumprimento das referidas medidas e, após, fazer conclusão ao juiz.

9.1.45

PROCESSO: 11-02.2009.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 27/01/2009

NATUREZA DA AÇÃO: PREVIDENCIÁRIA

PARTES: PEDRO PEREIRA DOS SANTOS X INSS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 13/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial proferido em 29/12/2008, determinando a citação do réu para contestação; audiência de conciliação realizada em 29/11/2010, ocasião que foi determinado a realização de exame pericial com nomeação do respectivo perito; autos soltos da capa do processo.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para, por ato ordinatório, expedir ofício ao perito nomeado requerendo o envio do laudo pericial, de acordo com o art. 3º do Provimento nº 001/2007 da CGJ/MA; providenciar nova capa para os autos.

9.1.46

PROCESSO: 116/79

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 06/08/1979

NATUREZA DA AÇÃO: PENAL (ART. 121, CP)

PARTES: MP X FRANCISCO RIBEIRO DE FRANÇA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 22/06/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo sentenciado em 19/06/2007, pela extinção da punibilidade.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis,



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PARTES: TEREZINHA DE JESUS A. DE OLIVEIRA X DESTILARIA CAIMANN S. O.

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 03/11/2011.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo sentenciado e com acórdão transitado em julgado, aguardando a desocupação do imóvel.

RECOMENDAÇÃO: Processo em ordem.

9.2 ALEATÓRIOS

9.2.1

PROCESSO: 541-98.2012.8.10.0053 (5412012)

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/05/2012

NATUREZA DA AÇÃO: DECLARATÓRIA

PARTES: FRANCISCO GOMES RODRIGUES X BANCO HSBC E MUNICÍPIO DE LAJEADO NOVO/MA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 25/05/2012 (decisão).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo com decisão liminar proferida em 25/05/2012, concedendo a medida liminar requerida e determinando a citação e intimação das partes; ofícios e mandados expedidos.

RECOMENDAÇÃO: Processo em ordem.

9.2.2

PROCESSO: 270/2010

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 24/11/2010

NATUREZA DA AÇÃO: RECLAMAÇÃO

PARTES: WALQUER DE MOURA SANTOS X SANSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 26/01/2011 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Audiência realizada em 26/01/2011, ocasião em que foi proferido despacho determinando a conclusão para prolação de sentença; autos conclusos desde 07/02/2011, encontrando-se paralisado desde então.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior; ao magistrado para que dê seguimento ao feito, proferindo decisão.

9.2.3

PROCESSO: 46-54.2012.8.10.0053 (462012)

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/01/2012

NATUREZA DA AÇÃO: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 30/05/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo inicialmente despachado em 27/04/2012, determinando vista ao MP, que se manifestou em 09/05/2012, tendo sido os autos conclusos e despachado em 30/05/2012 (fl. 27), determinando a citação dos confinantes; última folha não numerada.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para dar cumprimento ao despacho de fl. 27; numerar e rubricar todas as folhas, inclusive de petições ou documentos acostados, nos termos do Provimento nº 19/2009 da CGJ/MA.

9.2.7

PROCESSO: 118/10

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/06/2010

NATUREZA DA AÇÃO: RECLAMAÇÃO

PARTES: GEDEON GONÇALVES DOS SANTOS X LAÉRCIO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 23/08/2010 (sentença).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Audiência de conciliação infrutífera realizada em 01/07/2010, e de instrução e julgamento em 19/08/2010, que foi redesignada, ocorrendo novamente em 23/08/2010, ocasião em que foi proferida sentença homologatória de acordo; em 01/10/2010 foi certificado nos autos o cumprimento do acordo, encontrando-se o processo paralisado desde então.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para dar cumprimento à sentença; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.8

PROCESSO: 738-87.2011.8.10.0053 (7102011)

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/06/2011

NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS

PARTES: FRANCISCO RESPLANDES DE ARAÚJO X JEAN CARLOS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/05/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado em 29/05/2012, deferindo o pedido de assistência judiciária gratuita e determinando a citação do requerido.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para dar cumprimento ao despacho.

9.2.9

PROCESSO: 234-18.2010.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/06/2010

NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 306, LEI 9503/1997)

PARTES: MP X GERALDO LUÍS BARROSO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 03/08/2010.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo inicialmente despachado em 10/02/2010, determinando vista ao MP, que se manifestou em 22/02/2010; por fim, em



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.12

PROCESSO: 351/2012
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/05/2012
NATUREZA DA AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: A.J.M DOS SANTOS ELETROSAT X FRANCISCA DE CÁSSIA DE SOUSA HOFFMANN

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: sem despacho.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 20/06/2012 pela secretária judicial, designando data para audiência de tentativa de conciliação, citação e intimação do requerido; última folha sem numeração; folha 10 sem as respectivas assinaturas da secretária judicial substituta.

RECOMENDAÇÃO: À secretária judicial substituta para assinar a fl. 10; após, fazer os autos conclusos ao juiz para verificar a possibilidade de chamar o feito à ordem, pois o despacho da secretária judicial de fl. 12 não se trata de ato ordinatório que deva ser praticado pela secretaria judicial; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.13

PROCESSO: 346/2012
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/05/2012
NATUREZA DA AÇÃO: COBRANÇA
PARTES: A.J.M DOS SANTOS ELETROSAT X JERRY INÁCIO DA SILVA ALMEIDA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: sem despacho.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 20/06/2012 pela secretária judicial, designando data para audiência de tentativa de conciliação, citação e intimação do requerido; última folha sem numeração; folha 11 sem as respectivas assinaturas da secretária judicial substituta.

RECOMENDAÇÃO: À secretária judicial substituta para assinar a fl. 11; após, fazer os autos conclusos ao juiz para verificar a possibilidade de chamar o feito à ordem, pois o despacho da secretária judicial de fl. 13 não se trata de ato ordinatório que deva ser praticado pela secretaria judicial; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.14

PROCESSO: 350/2012
DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 10/05/2012



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

verificando a possibilidade de convertê-la em ação de cobrança; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.17

PROCESSO: 090/2009

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2009

NATUREZA DA AÇÃO: CIVIL PÚBLIC DE EXECUÇÃO FORÇADA

PARTES: MP X VICENTE RIBEIRO SOBRINHO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 21/06/2012, fl. sem numeração.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial em 31/03/2009; devedor citado não se manifestou; em manifestação, o Ministério Público requereu o prosseguimento do feito com requerimento de diligências em 21/07/2009; ato ordinatório à fl. 25; resposta ao ofício de fl. 29; vista ao Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO: Processo em ordem; à secretaria judicial, fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.18

PROCESSO: 208/2012

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/04/2012

NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS CC PERDAS E DANOS E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

PARTES: AMARO JOSÉ DOS SANTOS NETO X TIM BRASIL

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: sem despacho.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial sem data proferido pela secretária judicial, designando data para audiência de tentativa de conciliação, citação e intimação da requerida.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer os autos conclusos ao juiz para verificar a possibilidade de chamar o feito à ordem, pois o despacho da secretária judicial de fl. 20 não se trata de ato ordinatório que deva ser praticado pela secretaria judicial; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisJE, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.19

PROCESSO: 441-46.2012.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/04/2012

NATUREZA DA AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

PARTES: BV FINANCEIRA S/A X JOSÉ RAMOS REIS

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 23/04/2012 (decisão, fl. 24).



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NATUREZA DA AÇÃO: CIVIL PÚBLICA

PARTES: MUNICIPIO DE LAJEADO NOVO X ANTONIO PEREIRA DA SILVA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/05/2012 (fl. 32).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Decisão proferida em dezembro de 2011, deferindo a medida liminar requerida; manifestação do MP em janeiro de 2012, pugnando pelo prosseguimento do feito; certificado pelo meirinho que notificou o requerido; certificado pela secretaria a ausência de manifestação do requerido; determinada vista ao MP em maio de 2012, o processo foi devolvido pelo órgão ministerial à secretaria, em razão da realização desta correição, requerendo, ao final, a devolução dos autos para posterior manifestação; últimas folhas sem numeração e rubrica.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá numerar e rubricar as últimas folhas e, após, dar vista ao MP.

9.2.23

PROCESSO: 620-14.2011.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/05/2011

NATUREZA DA AÇÃO: PENAL (ART. 306, CTB)

PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X RODRIGO FADANELLI SOUZA DE LIMA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 28/05/2012 (fl. 53).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Ato ordinatório à fl. 39 sem data, concedendo vista ao MP, o qual propôs a suspensão condicional do processo; para tanto, foi designada audiência e determinada a intimação do réu; mandado de intimação expedido em dezembro de 2011, via postal; audiência não realizada, em virtude do retorno da correspondência; determinada vista ao MP em maio de 2012, o processo foi devolvido pelo MP à secretaria, em razão da realização desta correição, requerendo, ao final, a devolução dos autos para posterior manifestação; últimas folhas sem numeração e rubrica.

RECOMENDAÇÃO: A secretaria deverá numerar e rubricar as últimas folhas e, após, fazer conclusos, a fim de que o magistrado verifique a possibilidade de determinar a repetição do ato de citação, para que seja realizada por carta precatória e não por via postal, devido à necessidade da citação ser pessoal.

9.2.24

PROCESSO: 265/2011 – JUIZADO ESPECIAL

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/11/2011

**NATUREZA DA AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO C.C
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORIAS C.C PEDIDO DE LIMINAR**

PARTES: EVERALDO MILHOMEM BARROS X BANCO PANAMERICANO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 13/03/2012 (fl. 30).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Inicialmente despachado em dezembro de 2011, determinando a citação e intimação do demandado; após, em março de 2012, foi requerida a apreciação do pedido liminar; certificado pela secretaria a não realização



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PARTES: MARIA BARBOSA DA SILVA X BANCO BMC S.A.

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 16/01/2012 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 17/05/2011, concedendo a liminar pleiteada; audiências de conciliação restaram infrutíferas em face da não intimação do requerido; processo concluso ao juiz desde 07/02/2012.

RECOMENDAÇÃO: Ao magistrado para que dê seguimento ao feito; à secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisPG, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.28

PROCESSO: 086/11

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/04/2011

NATUREZA DA AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

PARTES: MARIA RODRIGUES DOS SANTOS X BANCO BMC S.A.

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 09/05/2011 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 13/04/11; audiência designada, porém não realizada em face do não comparecimento do requerido; processo concluso ao juiz desde 06/06/2011.

RECOMENDAÇÃO: Ao magistrado para que dê seguimento ao feito; à secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisPG, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.29

PROCESSO: 391/09

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/12/2009

NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

PARTES: LEILA MARIA AQUINO BRITO X FRANCISCO ERTON BANDEIRA PEREIRA

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 18/07/2011.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo concluso ao juiz desde 26/01/2012.

RECOMENDAÇÃO: Ao magistrado para que dê seguimento ao feito; à secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisPG, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.30

PROCESSO: 166/11

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/07/2011

NATUREZA DA AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR COBRANÇA INDEVIDA C/C



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

necessariamente assinados; numerar e rubricar todas as folhas, inclusive de petições ou documentos acostados, nos termos do Provimento nº 19/2009 da CGJ/MA.

9.2.33

PROCESSO: 385/11

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13.12.2011

NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAS C/C PERDAS E DANOS E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

PARTES: DÉBORA OLIVEIRA DA SILVA X TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 13/04/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Processo despachado inicialmente em 16/12/2011; audiência realizada em 13/04/2012; conclusos ao juiz desde 18/04/2012.

RECOMENDAÇÃO: Ao magistrado para que dê seguimento ao feito; à secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema ThemisPG, contendo a numeração única e a anterior; adverte-se que todos os documentos da lavra dos servidores devem ser necessariamente assinados; numerar e rubricar todas as folhas, inclusive de petições ou documentos acostados, nos termos do Provimento nº 19/2009 da CGJ/MA.

9.2.34

PROCESSO: 502-38.2011.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/05/2011

NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO

PARTES: FÁBIO DA SILVA MARACAÍPE X MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 27/04/2012.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Conclusão feita em 11/08/2011, todavia, somente foi proferido despacho inicial em 27/04/2012; citação efetivada em 11/05/2012.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para certificar o transcurso do prazo para manifestação da parte ré e, após, fazer conclusão ao juiz.

9.2.35

PROCESSO: 542-83.2012.8.10.0053

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/05/2012

NATUREZA DA AÇÃO: DECLARATÓRIA

PARTES: MARIA DAS GRAÇAS BARROS MARINHO X BANCO HSBC E OUTRO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 25/05/2012 (decisão).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Decisão concessiva de medida liminar proferida em 25/05/2012; processo com tramitação regular.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para corrigir a autuação, quanto à natureza (classe) da ação;



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

evitando, desta forma, paralisações injustificadas como as constatadas na presente ação.

9.2.39

PROCESSO: 201/2010

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26/08/2010

NATUREZA DA AÇÃO: RECLAMAÇÃO CÍVEL (JUIZADO)

PARTES: IRENILDE MENDES DA CUNHA X DEURA CANJÃO

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 28/03/2011.

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Sentença proferida em 30/09/2010; execução de requerida pelo autor em 02/12/2010; despacho proferido em 28/03/2011 determinando a expedição de mandado de penhora; demandada efetuou o pagamento integral da execução em 03/11/2011, estando o processo paralisado desde então.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer imediata conclusão ao juiz; fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior; observar que todos os documentos da lavra dos servidores devem ser necessariamente assinados (fl. 05).

9.2.40

PROCESSO: 370/2011

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/12/2011

NATUREZA DA AÇÃO: RECLAMAÇÃO CÍVEL (JUIZADO)

PARTES: RAIMUNDO CARLOS DE CIRQUEIRA X TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 22/05/2012 (sentença).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial em 16/12/2011; audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada em 30/03/2012; sentença prolatada em 22/05/2012; processo com tramitação regular.

RECOMENDAÇÃO: À secretaria judicial para fazer constar na capa dos autos os dados atualizados de autuação, constantes do espelho extraído do sistema Themis, contendo a numeração única e a anterior.

9.2.41

PROCESSO: 364/2011

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/12/2011

NATUREZA DA AÇÃO: RECLAMAÇÃO CÍVEL (JUIZADO)

PARTES: GILSON DOS REIS JÚNIOR X TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 21/05/2012 (sentença).



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

antes da referida audiência termo de desistência da parte autora; processo concluso para sentença.

RECOMENDAÇÃO: Ao juiz para proferir sentença.

9.2.45

PROCESSO: 188/2011

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/08/2011

NATUREZA DA AÇÃO: INDENIZATÓRIA

PARTES: LEANDRO HERMAN ALVARADO LOPEZ X TIM CELULARES S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 29/02/2012 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial proferido em 12/09/2011, com designação de audiência de conciliação para o dia 18/11/2011, impossibilitada a conciliação, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 29/02/2012, após realização da referida audiência, os autos encontram-se conclusos para sentença desde 01/03/2012.

RECOMENDAÇÃO: Ao juiz para que dê seguimento ao feito.

9.2.46

PROCESSO: 227/2011

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/10/2011

NATUREZA DA AÇÃO: INDENIZATÓRIA

PARTES: ROBSON DA SILVA MENDES X TIM CELULAR S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 21/11/2011 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial proferido em 11/10/2011, com designação de audiência de conciliação para o dia 21/11/2011; impossibilitada a conciliação, os autos encontram-se conclusos para sentença desde 25/11/2011.

RECOMENDAÇÃO: Ao juiz para que dê seguimento ao feito.

9.2.47

PROCESSO: 383/2011

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/12/2011

NATUREZA DA AÇÃO: INDENIZATÓRIA

PARTES: HILDACIRA CARVALHO DA COSTA X TIM CELULAR S/A

DATA DO ÚLTIMO DESPACHO: 13/04/2012 (audiência).

SITUAÇÃO PROCESSUAL: Despacho inicial proferido em 16/12/2011, com designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13/04/2012; impossibilitada a conciliação, os autos encontram-se conclusos para sentença desde 18/04/2012; termo de conclusão sem assinatura da secretária judicial.

RECOMENDAÇÃO: Ao juiz para que dê seguimento ao feito; à secretaria judicial para observar que observar que todos os documentos da lavra dos servidores devem ser necessariamente assinados.



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

constatado na 1ª Vara da Comarca de Porto Franco/MA, os Juízes Corregedores deixam as seguintes recomendações:

10.1 IRREGULARIDADE: Constatada a existência de processos paralisados na secretaria judicial, alguns por vários anos, sem o cumprimento dos despachos e decisões judiciais, conforme demonstrado no item 9.

RECOMENDAÇÃO: Maior diligência da Secretaria, quanto ao andamento dos processos e em relação ao cumprimento às determinações do juízo, evitando paralisações injustificadas, como as constatadas (item 9), devendo regularizar a situação.

PRAZO: 45 dias, com exceção dos processos com ressalvas de cumprimento imediato.

10.2 IRREGULARIDADE: Em alguns processos, não foi constatado o carimbo de conclusão ao magistrado e em outros foi verificada a ausência de nome do juiz, de assinatura do secretário, bem como da data nos termos de conclusão, além da ausência de numeração e rubrica em algumas folhas dos processos analisados.

RECOMENDAÇÃO: O Termo de Conclusão deverá constar obrigatoriamente em todos os processos encaminhados ao gabinete, contendo a data, o nome do juiz e assinatura do Secretário, assim como todas as folhas do processo devem ser devidamente numeradas e rubricadas, nos termos do artigo 4º, § 2º do Provimento nº 19/2009 e do artigo 167 do Código de Processo Civil.

PRAZO: Imediatamente.

10.3 IRREGULARIDADE: Alguns atos ordinatórios praticados de forma equivocada pela secretaria judicial.

RECOMENDAÇÃO: Observar o Provimento nº 01/2007, em especial artigo 3º, XIV, bem como os artigos 93, XIV, CF e 162, §4º do CPC.

PRAZO: Imediatamente.

11. RECLAMAÇÕES DO JUÍZO/CONSTATAÇÕES:

11.1 – Necessidade de disponibilizar no mínimo 02 (dois) computadores e 04 (quatro) impressoras.

11.2 – Necessidade de complementação do quadro de servidores, especificamente de um analista judiciário, de dois técnicos judiciários e de dois auxiliares judiciários;



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

secretária judicial que diligencie no sentido dar cumprimento às deliberações e conclusões ao magistrado, ressaltando, desde logo, que este órgão Correicional, poderá realizar correição extraordinária no prazo máximo de 6 (seis) meses, a fim de apurar se as irregularidades apontadas no presente relatório restaram saneadas.

Por fim, vale ressaltar que foi realizada visita ao 1º e ao 2º Ofício Extrajudicial da Comarca, que tem como delegatários dos serviços registraes e notariaes os Srs. José Eduardo de Moraes e Isaac Aécio Freitas Miranda, ambos presentes nas respectivas serventias.

São Luís, 19 de julho de 2012.

Nelson Ferreira Martins Filho
Juiz Corregedor



**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA - 2012

Órgão: 1ª Vara da Comarca de Porto Franco, com endereço Praça Getúlio Vargas, s/ nº, Centro, Fórum Judicial, Porto Franco/MA.

Jurisdição do Órgão: Comarca de Porto Franco.

Período Correcional: 25 de junho de 2012.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Relatório de Correição Geral Ordinária realizada na 1ª Vara da Comarca de Porto Franco/MA, elaborado pelos Excelentíssimos Senhores Drs. Nelson Ferreira Martins Filho e Isabella de Amorim Parga Martins Lago, Juízes Auxiliares da Corregedoria.

Diante da regularidade do procedimento, **aprovo** o referido relatório, por seus próprios termos.

Assim, envie-se cópia deste Relatório ao Plenário do Tribunal de Justiça, ao juiz da unidade jurisdicional correccionada, e, ainda, à corregedora Nacional de Justiça, conforme disposto no artigo 25 e § 3º do artigo 6º da Resolução nº 24/2009 do Tribunal de Justiça.

Dê-se ciência.

São Luís, 31 de julho de 2012.

**Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Corregedor-Geral da Justiça**



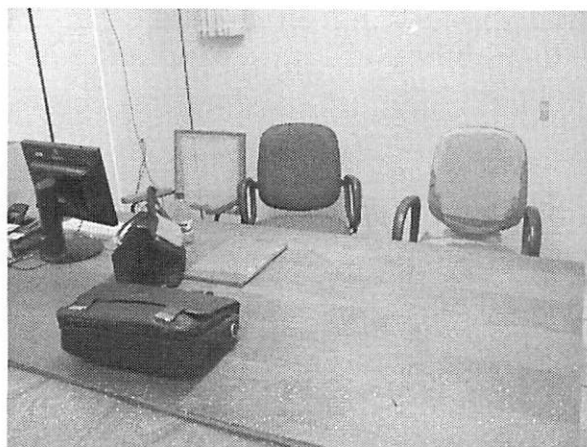
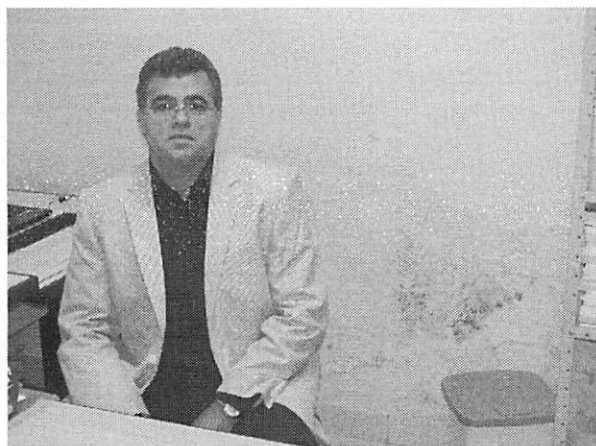
**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ANEXO I



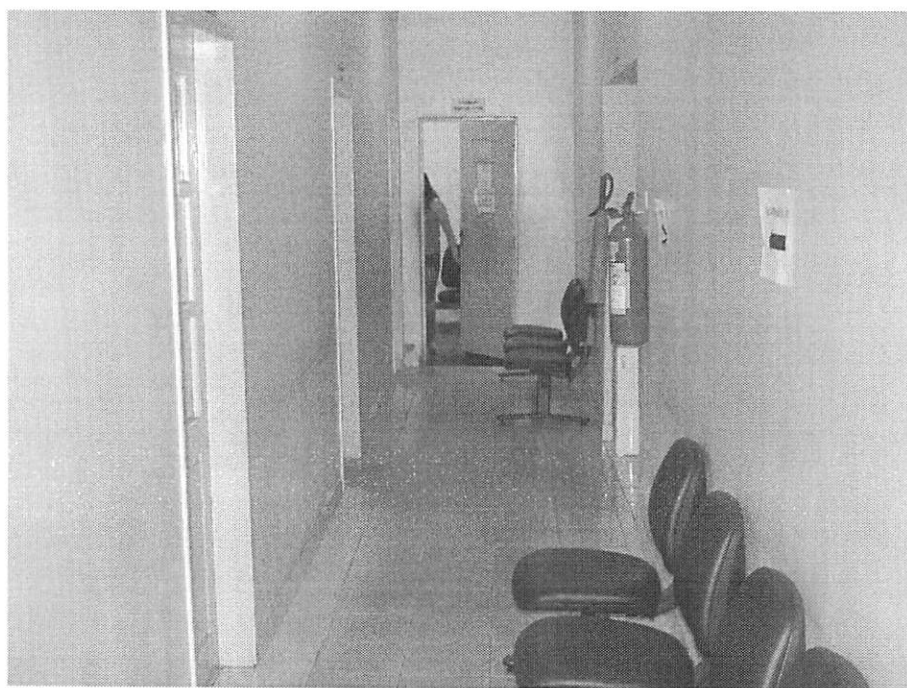
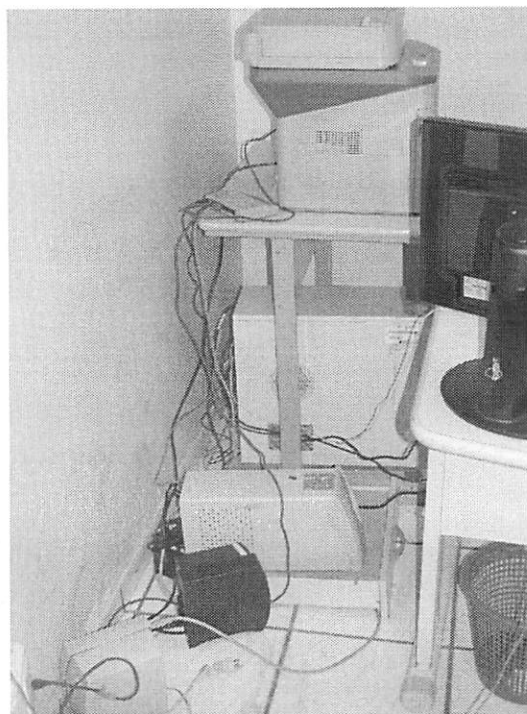
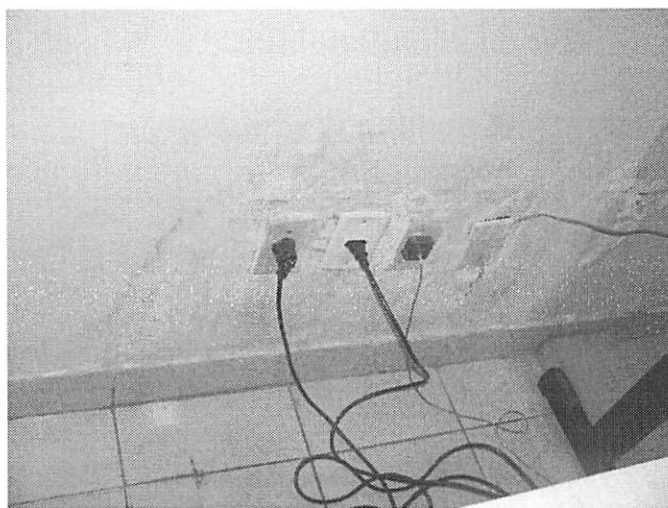


PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



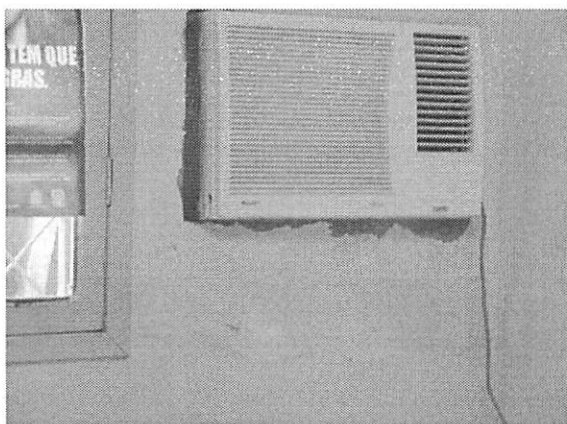


**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**



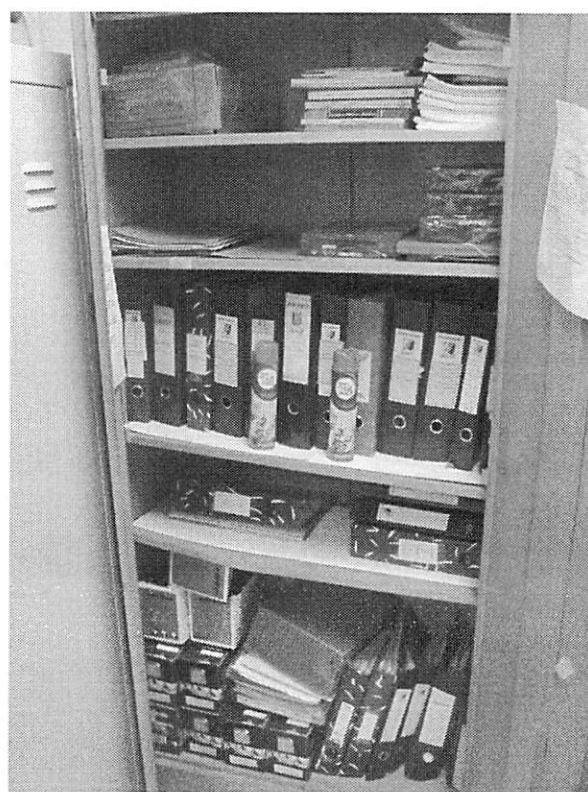
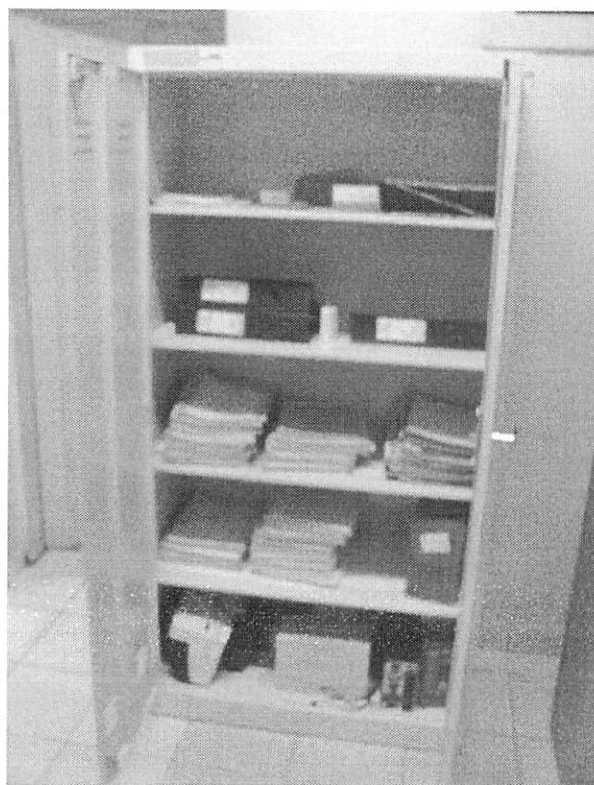


**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**





**PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**





**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ANEXO II

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO ÀS RECLAMAÇÕES DO JUÍZO (ITEM 11)

Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

OFC-GCGJ - 13512012
Código de validação: 34CFF6499F

São Luís, 19 de julho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
DESEMBARGADOR ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão
NESTA

Assunto: Necessidade de nomeação de servidores para a 1ª Vara da Comarca de Porto Franco

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e considerando as deficiências relatadas pelo magistrado e servidores da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco, constatadas durante a Correição Geral Ordinária realizada no dia 25 de junho de 2012, solicito-lhe a adoção de providências no sentido de nomear 01 (um) analista judiciário, 02 (dois) técnicos judiciários e 02 (dois) auxiliares judiciários para a referida Vara, a fim de viabilizar a eficiente prestação jurisdicional por aquela unidade.

Cordialmente,

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/07/2012 12:39 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

OFC-GCGJ - 13492012
Código de validação: 8237D6556F

São Luís, 19 de julho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
DR. Antônio Donizete Aranha Baleeiro
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco/MA

Assunto: Sugestão quanto aos processos com réus provisórios

Senhor Juiz,

Cumprimentando-o e considerando a constatação, durante a realização da Correição Geral Ordinária nessa unidade, no dia 25 de junho de 2012, da existência de 12 (doze) processos com réus presos provisórios, sugiro a Vossa Excelência que continue dando o devido andamento aos citados feitos, a fim de evitar a configuração de excesso de prazo, obedecendo, assim, o disciplinado na Resolução nº 66/2009-CNJ.

Cordialmente,

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/07/2012 12:38 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

OFC-GCGJ - 13502012
Código de validação: C3D7C5BE42

São Luís, 19 de julho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
DR. Antônio Donizete Aranha Baleeiro
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Porto Franco/MA

Assunto: Utilização da verba do cartão corporativo

Senhor Juiz,

Cumprimentando-o e considerando as deficiências constatadas durante a Correição Geral Ordinária realizada no dia 25 de junho de 2012, principalmente em relação à necessidade de custeio das despesas com alimentação nas Sessões do Tribunal do Júri, bem como para encadernação dos livros obrigatórios da respectiva unidade jurisdicional, sugiro a Vossa Excelência que utilize o cartão corporativo, de acordo com o art. 7º, incisos III e IV da Resolução 27/2008 - TJ.

Cordialmente,

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 19/07/2012 12:38 (CLEONES CARVALHO CUNHA)